



## **ORDEM DOS ENGENHEIROS**



### **CADERNO DE ENCARGOS**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINFESTAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO,  
TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DO ESPÓLIO DA BIBLIOTECA DA  
ORDEM DOS ENGENHEIROS SITO NO RESTELO (REGIÃO SUL)**

**AJD Nº 03/2013**



## ÍNDICE

<b>Capítulo I - Disposições gerais.....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto	
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato	
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Prazo	
<b>Capítulo II - Obrigações contratuais.....</b>	<b>4</b>
<b>Secção I – Obrigações do prestador de serviços</b>	
<b>Subsecção I – Disposições gerais</b>	
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Obrigações principais do prestador de serviços	
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Forma da prestação de serviços	
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Prazo da prestação de serviços	
<b>Subsecção II – Dever de sigilo</b>	
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo	
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo	
<b>Secção II – Obrigações da Ordem dos Engenheiros</b>	
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Preço contratual	
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Condições de pagamento	
<b>Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....</b>	<b>7</b>
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Penalidades contratuais	
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Força maior	
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Resolução por parte do contraente público	
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Resolução por parte do prestador de serviços	
<b>Capítulo IV - Resolução de litígios.....</b>	<b>9</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Foro competente	
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Arbitragem	
<b>Capítulo V - Disposições finais.....</b>	<b>10</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Comunicações e notificações	
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos	
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Legislação aplicável	
<b>Anexo I .....</b>	<b>12</b>



**Caderno de Encargos relativo à AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
DESINFESTAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO  
DO ESPÓLIO DA BIBLIOTECA DA ORDEM DOS ENGENHEIROS SITO NO  
RESTELO (REGIÃO SUL)**

**Capítulo I**  
**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de desinfestação, higienização, transporte e acondicionamento do espólio bibliográfico da Ordem dos Engenheiros sito na Rua Martins Barata, nº 5 – 2 Dtº. 1400-247, em Lisboa - Restelo.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;



- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
  4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.ª

##### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

## **Capítulo II**

### **Obrigações contratuais**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do Prestador de Serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

#### Cláusula 4.ª

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
  - a) Levantamento do espólio bibliográfico;
  - b) Desinfestação dos documentos e do espaço;
  - c) Higienização dos documentos e do espaço;



- d) Transporte dos documentos;
  - e) Acondicionamento dos documentos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 5.ª

##### **Forma da prestação de serviços**

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter contacto com os representantes designados da Ordem dos Engenheiros para efeito de *feed-back* do serviço prestado.

#### Cláusula 6.ª

##### **Prazo da prestação de serviços**

O prestador de serviços obriga-se executar o serviço, com todos os elementos referidos no **anexo I** ao presente Caderno de Encargos, no prazo de 6 (seis) meses.

#### **Subsecção II**

##### **Dever de sigilo**

#### Cláusula 7.ª

##### **Objecto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Ordem dos Engenheiros, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo



judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 8.ª**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Secção II**

**Obrigações da Ordem dos Engenheiros**

**Cláusula 9.ª**

**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Ordem dos Engenheiros deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Ordem dos Engenheiros, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço a que se refere o n.º 1 será pago por meio de cheque.

**Cláusula 10.ª**

**Condições de pagamento**

1. A quantia devida pela Ordem dos Engenheiros, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela Ordem dos Engenheiros das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.



2. Em caso de discordância por parte da Ordem dos Engenheiros, quanto aos valores indicados nas faturas ou documento equivalente, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Capítulo III**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

##### **Cláusula 11.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Ordem dos Engenheiros pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, entre 10% e 50%.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Ordem dos Engenheiros tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. A Ordem dos Engenheiros pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Ordem dos Engenheiros exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 12.ª**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,



embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Ordem dos Engenheiros pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:





a) Atraso, total ou parcial, na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes ao contrato superior a 2 (dois) dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) O prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente as previstas na cláusula 4ª.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Ordem dos Engenheiros.

#### Cláusula 14.ª

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 10 (dez) dias úteis.
2. O direito de resolução é exercido mediante recurso a arbitragem, nos termos da cláusula 16.ª.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Ordem dos Engenheiros, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

#### **Capítulo IV**

##### **Resolução de litígios**

#### Cláusula 15.ª

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 16.ª

**Arbitragem**

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por Tribunal Arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:
  - a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
  - b) O Tribunal Arbitral tem sede em Lisboa e é composto por três árbitros;
  - c) A Ordem dos Engenheiros designa um árbitro, o prestador de serviços designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
  - d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.
2. O Tribunal Arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

**Capítulo V**

**Disposições finais**

Cláusula 17.ª

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Cláusula 19.ª

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## ANEXO I

### **SERVIÇOS:**

1. Desinfestação geral das instalações, sitas na Rua Martins Barata, nº 5 – 2.º Dtº. 1400-247, em Lisboa – Restelo, doravante abreviadamente designadas por instalações da OE, no estado atual em que se encontram;
2. Embalagem, em boas condições, de todos os documentos em caixas de cartão fornecidos pelo prestador de serviços com supervisão de um elemento da OE;
3. Desmontagem das estantes metálicas existentes nas instalações da OE, para posterior montagem no armazém do prestador de serviços e acondicionamento do espólio bibliográfico;
4. Transporte cuidado para os armazéns do prestador de serviços, onde será realizado o tratamento de desinfestação e higienização do espólio bibliográfico da OE;
5. Higienização de cada um dos documentos através de aspiração e outros acessórios de limpeza;
6. Desinfestação e higienização de todo o espólio com os produtos adequados a cada caso realizada 2 (duas) vezes com intervalo de 3 (três) meses;
7. Armazenamento, pelo período de 6 (seis) meses, com monitorização e controlo do espólio através relatório a remeter à OE;
8. Transporte, de regresso, de todo o espólio para as instalações da OE;
9. Desmontagem e montagem, nas instalações da OE, das estantes metálicas;
10. Arrumação de todo o espólio nas instalações da OE, com supervisão de um elemento da OE.